

# **Implicações econômicas da aliança operário-camponesa: a propriedade privada na URSS**

**Claus Germer\***

## **1. Introdução**

Em 1917 desencadeou-se na Rússia uma sequência de duas revoluções políticas - burguesa e proletária -, cujas consequências marcaram toda a história do século XX e continuam a reverberar no século XXI. Considerando que o que está em jogo é a propriedade dos meios de produção globais, disputada por duas classes poderosas – a classe trabalhadora assalariada, ou proletariado, cuja proporção na população mundial cresce inexorável e ininterruptamente, e a classe capitalista, ou burguesia –, compreende-se a magnitude historicamente inédita deste formidável confronto, que não pode deixar de condicionar decisivamente as interpretações da história da URSS: de um lado tende-se a minimizá-la, a fim de negar a sua condição de expressão de uma tendência – para o comunismo – inscrita no coração da estrutura atual do capitalismo mundial; de outro lado, ao contrário, espera-se aprender com ela a fim de iluminar o caminho a ser tomado pela tendência da transição ao socialismo, tida como inexorável<sup>1</sup>.

A partir deste segundo enfoque, o problema que o presente artigo enfrenta é a interpretação do processo através do qual a fase socialista ou inferior do comunismo (Marx, Gotha; Lenin, Est&rev), iniciada com grande ímpeto na urss, sofreu, a partir de determinado ponto, uma inflexão total e tomou o rumo oposto, da restauração do capitalismo – aqui denominada retrotransição –, a ser explicada. O problema, assim como a polêmica que o cerca, são complexos, motivo pelo qual a pretensão do artigo é abordar apenas uma parte do problema objetivo e o do método teórico para abordá-lo. O problema objetivo é identificar o papel desempenhado pelas relações de produção (as relações econômicas baseadas na forma dominante da propriedade) na agricultura soviética na retrotransição; o problema do método teórico de abordagem do tema consiste em derivar do materialismo histórico, especificamente da teoria da transição entre modos de produção, os procedimentos metodológicos necessários a uma análise marxista consistente das causas do fim da urss. Contribuir para a solução destes dois problemas constitui o objetivo do presente artigo.

Dois fatores comparecem com maior frequência, na literatura, como responsáveis pela retrotransição: por um lado a agricultura, devido à socialização apenas parcial, e por outro a camada de dirigentes partidários e administradores das estatais e do sistema de planejamento. O objeto do presente artigo é o papel da aliança operário-camponesa – AOC – neste processo, não devido ao

---

\* Professor do Mestrado Profissional em Desenvolvimento Econômico da UFPR, Curitiba, PR.

<sup>1</sup> Allen (2003, p. 2-3) por exemplo, divide os analistas econômicos (não-marxistas) do socialismo soviético em dois grupos, o dos que o condenam como completo fracasso, dividindo os autores em sub-grupos segundo a sua adesão a seis argumentos principais; e os sub-grupos dos autores que apresentam contestações fundamentadas a cada um daqueles argumentos.

problema técnico da instabilidade da produção, mas devido às implicações de uma lei fundamental do materialismo histórico, sobre os efeitos do descompasso dinâmico entre as relações de produção socialistas em processo de instituição e, por um lado, o nível de desenvolvimento das forças produtivas na agricultura e, por outro, o predomínio de uma ideologia mista feudal/capitalista durante longa história anterior à revolução.

O objetivo específico do presente artigo é identificar as origens da significativa sobrevivência, e expansão, de relações de produção baseadas na propriedade e na produção privadas na agricultura, ao ponto desta representar, desde cedo, a fonte principal da produção de todo um segmento da agricultura – hortigranjeiros e produtos animais (Silva e Germer, seq. 4). Mais relevante, porém, é a hipótese, fundamentada ao final, de que a propriedade e a produção privadas do conjunto da produção agrícola da urss expandiram-se à sombra da produção coletiva e foram uma das mais importantes fontes do renascimento de uma burguesia, base social do retorno do capitalismo à urss. Foi a agricultura o cenário do primeiro ato de privatização de meios de produção de grande escala ainda na década de 1950.

## **2. Base teórico-metodológica: o materialismo histórico**

O materialismo histórico, base teórico-metodológica desta pesquisa, constitui um intento de análise científica da sociedade, isto é, baseada exclusivamente nos elementos extraídos da própria realidade observada, abstraindo elementos oriundos de concepções meramente ideológicas, tais como religiões, superstições, visões utópicas, etc. A sociedade, como qualquer outro objeto da pesquisa científica, é concebida como parte da realidade objetiva, isto é, sujeita a leis de desenvolvimento objetivas e independentes da consciência humana. Estas leis expressam-se nas características da evolução da sociedade, e são delas extraídas pela observação científica sistemática e metódica. Assim sendo, o estudo da trajetória da sociedade em cada momento deve relacioná-la àquelas leis e não às intenções declaradas ou implícitas de indivíduos geniais ou grupos influentes. As intenções e ações destes são produto das circunstâncias determinadas pelas leis objetivas, não o contrário. Por esta razão, por mais influentes que sejam indivíduos ou grupos, as suas ações e intenções limitam-se a provocar desvios, para mais ou para menos, em relação às trajetórias determinadas pelas leis objetivas do desenvolvimento social. Esta é a razão pela qual o presente estudo de um aspecto da evolução da urss não se concentra nestes personagens, embora mencione ocasionalmente ações ou intenções de indivíduos ou grupos, mas na relação dos acontecimentos significativos com as leis de desenvolvimento subjacentes.

Segundo o materialismo histórico, um modo de produção compõe-se, teoricamente, de dois elementos fundamentais, as forças produtivas em nível determinado de desenvolvimento, e um sistema de relações de produção e distribuição objetivas, determinadas por aquelas e expressas na

forma jurídica da propriedade. Esta atribui a uma classe, a classe econômica e em geral politicamente dominante, a propriedade dos meios de produção, e legitima a não-propriedade do restante da sociedade. A transição a um novo modo de produção decorre da elevação progressiva das forças produtivas a um nível qualitativamente mais avançado de desenvolvimento, que provoca a substituição do sistema vigente de relações objetivas de produção e distribuição, e da correspondente forma jurídica da propriedade, por novos sistema e forma jurídica, respectivamente. Daí decorre que a essência da transição consiste na transferência da propriedade dos meios de produção da classe proprietária vigente a uma nova classe, o que se realiza por intermédio da revolução política, através da qual a classe proprietária vigente é deposta pela nova classe aspirante à propriedade, a forma jurídica vigente da propriedade é abolida e substituída pela forma jurídica da forma de propriedade em ascensão, que fornece a base objetiva do poder da classe revolucionária. Elementos metodológicos específicos, necessários ao desenvolvimento do tema, serão apresentados ao longo da exposição.

## **2.1 A teoria da transição e a retrotransição**

O procedimento básico adotado nesta pesquisa pode ser resumido no aforismo científico, frequentemente citado nas abordagens históricas, de que 'o presente explica o passado' (por exemplo, "... o presente é a chave do passado", Charles Lyell, apud Lecourt, p 20), e apresentado por Marx de modo mais rigoroso e com maior alcance teórico. O procedimento é simples e intuitivo: sabemos que o desenvolvimento da urss tinha como objetivo explícito o comunismo, e que seus pressupostos foram discutidos e polemizados amplamente, e instituídos pratica e juridicamente, mas acabou por conduzir ao seu oposto, o retorno ao capitalismo; sabemos também o que caracteriza essencialmente o capitalismo – a propriedade privada burguesa dos meios de produção e a ausência de planejamento da economia, do que decorre o domínio desta pelas leis espontâneas do mercado. Sendo assim, tendo em vista que se conhece a conclusão do processo e suas características, o procedimento da pesquisa é voltar ao seu início – a revolução – e acompanhar o seu desenvolvimento, procurando identificar especificamente os passos sucessivos que permitiram o restabelecimento do domínio da propriedade privada e das leis do mercado, ponto de chegada conhecido.

O primeiro elemento metodológico diz respeito à caracterização do objeto direto da pesquisa, que é a primeira manifestação histórica da fase inicial, ou socialista, da transição entre o capitalismo e o comunismo em um país. É comum, no campo do marxismo, analisar-se a história deste fenômeno comparando-o às antevisões de Marx e Engels sobre o que viria a ser a fase socialista ou inferior do comunismo e, com base nisto, fazer-se julgamentos sobre a caracterização história da urss com base nesta comparação, por exemplo condenando o fenômeno histórico por ter-se desviado daquelas

antevisões. No presente artigo, ao contrário, concebe-se a história da URSS como realização empírica de um processo de transição até então só abordado teoricamente, ou seja, abstratamente. A concretização empírica de tal processo está envolta, necessariamente, em circunstâncias – concretas – que a formulação abstrata exclui e não pode, portanto, desenvolver. Tais circunstâncias, pela sua própria natureza, diferirão em maior ou menor grau de um caso a outro<sup>2</sup>. O socialismo do século 20, em termos mais gerais, cria o material empírico de um campo de conhecimento na ciência social, inaugurado pelo materialismo histórico, que é o estudo da transição do capitalismo ao comunismo não como dedução teórica ou antevisão histórica, mas como realidade histórica. Com a revolução russa e a formação da URSS a transição ao comunismo, na sua primeira fase ou fase inferior, deixa de ser uma hipótese para converter-se em realidade objetiva. Cabe ao pesquisador marxista procurar interpretá-la.

Uma interpretação bastante difundida do fim da URSS, situa a sua origem na ascensão ao governo do grupo Kruchóv, em 1955, a partir do qual teria se iniciado um processo progressivo de inversão do processo de transição, isto é, de retorno do socialismo ao capitalismo, através de uma sucessão de reformas econômicas privatizantes cada vez mais radicais. No entanto, a explicação da reversão como processo deflagrado por um grupo eventualmente guindado ao poder político, por intermédio de reformas jurídicas, contradiz o materialismo histórico, para o qual são as mudanças na realidade objetiva que se refletem ao nível da superestrutura, neste caso no segmento jurídico desta, e não ao contrário. Sendo assim, a deflagração da mudança ocorrida não pode ser atribuída às reformas jurídicas, mas estas, ao contrário, devem ser concebidas como produto de mudanças objetivas em desenvolvimento progressivo anterior na sociedade, que geraram os agentes e o seu papel social, cujas demandas as reformas expressaram (Bettelheim, 1976, p. 23, 26, 127). Estas são encaradas, portanto, não como causa do início da reversão, mas como manifestação da verdadeira causa, que foi a reemergência progressiva de uma burguesia no interior da URSS. A reemergência desta, por outro lado, tem como base objetiva a reemergência da apropriação privada de meios de produção no país, mesmo sem a forma jurídica correspondente.

A expressão econômica, social e política já atingida por esta nova burguesia é que tornou viáveis não só as reformas mas, como pressuposto delas, a ascensão ao poder de uma representação política própria. Conseqüentemente, o colapso político ocorrido em 1991, segundo esta interpretação, deve ser encarado como o auge da crise econômica e social provocada não por deficiências do socialismo, mas pela expansão do capitalismo e pela duplicidade estrutural entre componentes contraditórios, socialistas e capitalistas, causada por aquela. Com efeito, a estrutura econômica,

---

<sup>2</sup> A realidade objetiva desmentiu, por exemplo, a expectativa, teoricamente fundamentada, de que a revolução socialista se iniciaria nos países capitalistas mais desenvolvidos.

baseada no planejamento global e centralizado e na propriedade socialista, foi sendo gradualmente desarticulada através da introdução de elementos do capitalismo, ou seja, de uma economia baseada no mercado e na propriedade privada. Assim, a economia, oscilando entre dois princípios organizativos e duas formas de propriedade opostos, ingressou em um período de crises sucessivas, inicialmente de caráter setorial ou parcial, mas cumulativas. Esta interpretação, porém, para ser aceita, deve poder ser fundamentada, coerentemente, nos princípios teóricos do materialismo histórico, o que é necessário se se deseja que ela possua consistência teórica e coerência com os fatos. Em outras palavras, é necessário explicar, teoricamente, a plausibilidade de um retrocesso histórico de um modo de produção mais avançado para um menos avançado.

O fenômeno é a progressiva conversão de um modo de produção em outro, ou seja, trata-se de uma transição entre modos de produção. Sendo assim, a base teórica para a sua análise é a teoria da transição entre modos de produção (Marx, 1977, p. 24-5). Mas o materialismo histórico tem estudado a sucessão dos modos de produção somente em uma direção: para a frente, e não do que parece ser uma involução dos modos de produção, ou seja, a transição de um modo de produção mais avançado para o modo de produção precedente, possibilidade que a experiência da urss expõe pela primeira vez, e que o materialismo histórico deve ser capaz de interpretar e explicar.

Efetivamente, um fenômeno desta natureza, como regra ou processo normal, é impossível, o que se pode facilmente demonstrar com base no fato de que as forças produtivas, devido à natureza das suas causas, movem-se continuamente para formas mais avançadas, sendo impossível pressupor-se, como regra, o contrário, isto é, que regridam (Germer, 2009, p. 81-2). No entanto, o fenômeno aqui analisado, isto é, a reversão do socialismo soviético para o capitalismo, constitui aparentemente uma transição entre modos de produção, mas em sentido histórico retroativo. Trata-se portanto de um fenômeno que pode ser denominado retrotransição entre o socialismo e o capitalismo. Mesmo sendo uma transição ao contrário, deve ser possível explicá-la pela teoria da transição do materialismo histórico, por ser um fenômeno que, aparentemente, desmente princípios fundamentais deste. Portanto, o primeiro elemento que precisa ser estabelecido é a demonstração teórica da viabilidade da retrotransição, que deve poder encontrar a sua justificação na teoria marxista da transição entre modos de produção (Germer, 2009).

Em princípio um tal fenômeno seria impossível ou altamente inviável, caso se tratasse da retrotransição entre dois modos de produção em sua plenitude, por exemplo, do comunismo plenamente constituído ao capitalismo, assim como deste, já na plenitude, ao feudalismo<sup>3</sup>. No caso

---

<sup>3</sup> Na transição do feudalismo ao capitalismo houve diversas reversões, mas tratava-se de formas apenas embrionárias de elementos isolados do capitalismo, como nas cidades italianas e na manufatura holandesa, nas quais elementos do capitalismo fizeram a sua primeira aparição histórica para depois regredir. O mesmo ocorreu no caso do reforço do feudalismo no leste europeu no século 17 (Hobsbawm, ..).

da URSS, porém, o socialismo constituía apenas a primeira fase do comunismo, ou seja, uma fase de transição, não o próprio comunismo, que representaria, este sim, o novo modo de produção em sua plenitude. O capitalismo atual, do mesmo modo, já não é o capitalismo em sua plenitude, mas apresenta-se em fase de transição para o socialismo, uma vez que diversos elementos do socialismo, em forma embrionária, já estão presentes (Germer, 2011). A própria existência do socialismo soviético, dotado de extraordinária vitalidade e tendo durado mais de meio século, demonstra que o processo de transição encontra-se em curso.

A viabilidade da retrotransição baseia-se no fato de que a revolução política divide o período de transição em duas fases, uma fase que se estende por um certo período anterior à revolução política<sup>4</sup>, e a outra, até um certo período posterior à mesma, durante as quais as forças produtivas permanecem, elas mesmas, em estado de transição entre a configuração que deu fundamento à sociedade vigente e a configuração, em processo de constituição, correspondente à nova sociedade. Isto se justifica porque a velocidade de desenvolvimento das forças produtivas não pode ser acelerada arbitrariamente, por força de leis jurídicas, pois depende de trajetórias técnicas e científicas próprias, isto é, das leis naturais e do grau do seu domínio pelo ser humano<sup>5</sup>. No caso da URSS este fato é mais relevante devido ao atraso das próprias forças produtivas capitalistas no país, no momento da revolução política, de modo que o desenvolvimento destas encontrava-se longe da fronteira de transição entre o capitalismo e o comunismo, o que exigiu, em primeiro lugar, um esforço no sentido de alcançar o estado das forças produtivas mais desenvolvidas do capitalismo. Este esforço consistiu, nuclearmente, nos processos acelerados de industrialização e de coletivização da agricultura, cujo início só foi possível a partir do fim da década de 1920. A industrialização e a coletivização da agricultura basearam-se na importação das forças produtivas mais avançadas do capitalismo, e não em forças produtivas propriamente comunistas, ainda inexistentes. Deve-se considerar que as forças produtivas soviéticas, no momento do seu colapso, em 1991, não haviam ultrapassado as forças produtivas mais desenvolvidas do capitalismo. Isto significa que elas eram compatíveis com a reversão ao poder político burguês, uma vez que este, nos países capitalistas, encontrava-se em vigor com base em forças produtivas em idêntico grau de desenvolvimento. Portanto, enquanto as forças produtivas não tiverem sofrido uma mudança qualitativa decisiva, a reversão é possível, uma vez que a sua natureza ainda é híbrida – capitalista

---

<sup>4</sup> A revolução política é o momento histórico em que o acirramento das contradições entre as forças produtivas em desenvolvimento e as relações de produção, expressas e cristalizadas na forma jurídica da propriedade, conduzem as contradições de classes à explosão, e a classe proprietária vigente é apeada do poder pela nova classe em ascensão (Germer, 2009).

<sup>5</sup> A aceleração possível é apenas a que decorre da derrubada dos obstáculos erguidos pelas relações de produção até então vigentes, ou seja, pela forma jurídica da propriedade, representadas pelo poder político depositado, aos aspectos do desenvolvimento das forças produtivas que as ameaçavam. A aceleração consiste então na colocação em prática, graças à nova forma da propriedade, de avanços já identificados e que permaneciam em estado latente.

em transição para o socialismo. Isto é ainda mais plausível na URSS, considerando o atraso das forças produtivas em relação ao próprio capitalismo.

O segundo elemento metodológico relevante consiste na condição de que, no momento da revolução política, e para que esta se sustente, a classe pretendente ao poder já deve controlar, operacionalmente, uma parcela significativa das forças produtivas sociais, mesmo sem o respaldo jurídico em uma legislação da propriedade que atribuísse a ela explicitamente a propriedade direta dos respectivos meios de produção (Germer, 2009, p. 88-9). O controle operacional de parte significativa dos meios de produção essenciais é indispensável à tomada efetiva do poder político<sup>6</sup>. O mesmo princípio pode ser aplicado à retrotransição na URSS. Em termos formais, a retrotransição possui as mesmas características da transição: a condição do controle operacional de meios de produção essenciais, como pressuposto da revolução política, cuja essência é a substituição da classe no poder por outra classe, e a consequente mudança da forma jurídica da propriedade. A diferença é que, na retrotransição, a revolução política é, na realidade, uma contra-revolução social, uma vez que constitui uma regressão de uma forma mais avançada (a primeira fase do comunismo) a uma forma menos avançada (a fase final do capitalismo) e, correspondentemente, de uma forma mais avançada de propriedade (a propriedade social) a uma forma menos avançada (a propriedade privada burguesa). O presente artigo pretende demonstrar que a natureza do processo de coletivização implicou a expansão progressiva do controle sobre os meios de produção, e sobre a própria produção, por parte de segmentos sociais que representavam embriões da nova burguesia. Como resultado, no momento do colapso da URSS, a nova burguesia encontrava-se no controle considerável dos meios de produção do país, o que tornou possível a revolução política – ou contra-revolução social – e a sua vitória.

É sumamente importante observar que os acontecimentos, na retrotransição, funcionam de modo semelhante aos da transição, mas é indispensável notar que isto ocorre apenas sob a condição de que as forças produtivas encontrem-se em um grau de desenvolvimento compatível com tal mudança, ou seja, ainda não tenham assumido um formato qualitativamente diferente do capitalista. No presente caso, como dito acima, as forças produtivas apresentam uma configuração híbrida, de transição das forças produtivas do capitalismo para as do comunismo. A tomada do poder político pelo proletariado, dadas as condições concretas da Rússia e da própria URSS, não perdurou por tempo suficiente para que as forças produtivas adquirissem uma configuração incompatível com as relações de produção capitalistas, o que tornaria uma retrotransição impossível ou altamente instável. No presente caso o caráter híbrido das forças produtivas admite tanto o poder político burguês quanto o proletário.

---

<sup>6</sup> O ser humano só se propõe resolver um problema quando os elementos da solução já existem (Marx, 1977, p. 25).

### 3. A origem da aliança operário-camponesa (AOC)

A AOC, que desempenhou um papel decisivo na vitória da revolução socialista na Rússia, respondeu ao que pode ser considerado o problema estratégico central da mesma: a proporção extremamente minoritária do proletariado industrial no país<sup>7</sup>. Todavia, como Marx argumentou com base na dialética, além do aspecto quantitativo, deve-se também considerar o qualitativo e a relação entre ambos. Na revolução russa o aspecto qualitativo do proletariado fabril foi extremamente importante. Constituído principalmente pelo segmento fabril, o proletariado formava uma proporção pequena mas muito concentrada e politicamente expressiva da população urbana<sup>8</sup>, o que lhe permitiu constituir o sustentáculo e dirigente político da revolução de 1917 (Elleinstein, 1975, p. 48; Gúrov y Goncharov, p. 13).

A maior parte da literatura, ao abordar o papel do campesinato na revolução socialista, focaliza-o como um todo, como se constituísse uma massa social homogênea, que é a impressão enganosa transmitida pelo título genérico '*aliança operário-camponesa*'. No entanto, já no final dos anos 1890 Lênin havia constatado que o desenvolvimento do capitalismo na agricultura russa, a partir de 1861 (ano da extinção formal das relações feudais no país), já havia dado origem a um processo de desintegração/diferenciação do campesinato e promovido uma subdivisão significativa na sua composição, e identificou três classes fundamentais no campesinato: os camponeses ricos (*kuláks*), os médios e os pobres (Lênin, 1982). Os primeiros constituíam a burguesia rural, enquanto os pobres já eram, na maioria, semi-assalariados, constituindo o semi-proletariado rural (Lênine, 1975, p. 98 e passim) que, ao lado do proletariado rural puro, formava o que ele denominou os pobres do campo (Id., 1988).

Os camponeses médios (*seredniák*), que viriam a desempenhar um papel decisivo, uma espécie de fiel da balança, na consolidação da revolução socialista e na evolução da fase socialista na urss, podem ser caracterizados, nos termos do O capital de Marx, como produtores simples de mercadorias, isto é, produtores de pequena escala econômica, insuficiente para a contratação de assalariados, que produziam em parte para o mercado, destinando porém grande parte da produção para o auto-consumo (Gúrov y Goncharov, p. 15). Lênin os define como "aqueles que não exploram a terra dos outros, que não vivem do trabalho alheio, que não se apoderam dos frutos da atividade de outrem (...), mas trabalham e vivem do seu próprio trabalho" (Lênin, 1975, p. 102), os '*camponeses trabalhadores*', que se subentende serem aqueles que não contratavam assalariados, e

<sup>7</sup> Respondeu também ao problema apontado pela Comuna de Paris, em que os operários da capital esperavam o apoio do campesinato pobre, que não veio (North, 2010), origem do 'problema agrário' ou 'questão agrária', que passou a preocupar os marxistas, entre eles Lênin e Kautsky, por exemplo.

<sup>8</sup> Cerca de 85% da população do país era rural, enquanto o proletariado urbano compreendia cerca de 3,5 milhões de operários em um total de 18 milhões de assalariados (Elleinstein, 1975, pp. 43 e 47).

que por este motivo podiam ser aliados, e os distingue dos que vendiam excedentes 'para explorar os outros' excluídos da aliança (Lênin, 1975, p. 112). É nesta camada, principalmente, segundo Lênin, que se dava o processo de diferenciação, gerando por um lado capitalistas, e por outro, na maioria dos casos, assalariados, como é a norma (Lênin, 1988, p. 29-30). Ou seja distinguem-se dos camponeses pobres por serem produtores e vendedores de mercadorias e não de força de trabalho, e se identificam com a classe capitalista por serem proprietários de meios de produção e vendedores de mercadorias. Por este motivo, constituem economicamente a pequena burguesia, ou segmento pequeno-burguês da classe capitalista rural.

Além da massa camponesa, assim diferenciada, já havia se desenvolvido uma camada expressiva de assalariados puros, o proletariado rural. Lênin estimou o grupo constituído pelo proletariado e semi-proletariado em nada menos que 40% da força de trabalho assalariada do país em 1899. O título de campesinato pobre não é utilizado de modo totalmente inequívoco nos diversos textos de Lênin que abordam o tema, parecendo designar, na maior parte dos casos, a soma do semi-proletariado rural com os proletários puros (Gúrov y Goncharov, p. 14; Lênin, 1975, p. ..).

### **3.1. As fases da aliança operário-camponesa**

Em função desta composição do campesinato, é sumamente importante, a fim de avaliar com maior precisão a evolução histórica da revolução russa, esclarecer que o termo 'camponesa' da aliança operário-camponesa teve significados diferentes nas diferentes fases da revolução e do desenvolvimento posterior<sup>9</sup>. São as seguintes as fases e respectivos formatos da aliança:

A primeira fase cobre o período anterior a 1917. Dois formatos da aliança são indicados nos escritos de Lênin e nos programas agrários do partido bolchevique (POSDR), na antevisão das duas etapas sucessivas possíveis da revolução. O primeiro refere-se à conclusão da revolução burguesa, uma vez que, embora o feudalismo tenha sido extinto em 1861, a extinção foi, em grande parte, meramente formal, expressando-se principalmente na libertação do campesinato de grande parte das obrigações feudais, que se converteram, porém, em pesados pagamentos em dinheiro. A aristocracia feudal, porém, não foi apeada do poder político nem expropriada dos meios de produção, atos necessários para caracterizar, do ponto de vista econômico, uma transição de um modo de produção a outro, no caso, do feudalismo ao capitalismo. Instituições burguesas foram reconhecidas, mas emaranhadas nas instituições feudais. Conseqüentemente, uma conclusão da transição teria que ocorrer, e para esta Lênin e o partido bolchevique propunham uma AOC consistindo na aliança do

---

<sup>9</sup> "Lenin llegó a la conclusión de que en cada etapa revolucionaria la clase obrera tendrá como aliados a diversas capas del campesinado" (Stanis, p. 80)

proletariado com toda a burguesia, inclusive a burguesia camponesa, contra a aristocracia rural, o czarismo e a igreja.

A aliança com a burguesia, neste caso, justificava-se tanto política quanto economicamente para o proletariado. Em termos políticos, as liberdades de organização e manifestação, da democracia burguesa, pareciam essenciais, em comparação com as proibições de organização sindical e do direito de greve, vigentes na Rússia; e do ponto de vista econômico, o fim das relações feudais abriria caminho à aceleração do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas e da constituição de um proletariado desenvolvido, essenciais à realização do socialismo.

O segundo formato da AOC proposta antes de 1917 referia-se à revolução socialista. Esta proposta baseava-se na possibilidade de que a revolução burguesa fosse seguida imediatamente pela revolução proletária, tese adiantada por Lênin desde antes de 1917 (Lênin, ...), o que impunha duas condições: a primeira, completa independência de classe do proletariado na arena política, e a segunda, a conquista, por ela, da direção do processo revolucionário, desde a revolução burguesa. Na revolução proletária, ao contrário da burguesa, a fórmula era "aliança com o campesinato pobre contra toda a burguesia, inclusive a burguesia camponesa, e neutralização do campesinato médio"<sup>10</sup>. Note-se que não se propunha aliança com o campesinato médio, caracterizado como pequena burguesia, portanto segmento da burguesia, mas ela também não era identificada como inimiga, em vista do processo de proletarização que ameaçava a maioria dela (ver Lênin, 1975, p. 99-100; 1988, p. 32-9). A plausibilidade da aliança com o campesinato, exposta por Lênin, baseava-se, teoricamente, em uma tese de Marx, segundo a qual o campesinato é inerentemente instável politicamente, devido à sua também inerente instabilidade econômica, expressa na ameaça contínua de ruína econômica pela concorrência dos capitais maiores. Como consequência da instabilidade política, está "incapacitado para a luta organizada independente" e não consegue "emancipar-se por si mesmo do domínio da burguesia", necessitando da "direção e aliança do proletariado", o que, portanto, tornava plausível e viável a estratégia proposta (Gúrov y Goncharov, p. 7)<sup>11</sup>.

Estas diretrizes não tiveram consequências políticas diretas na revolução burguesa, devido à precária implantação do partido bolchevique entre o campesinato (Davies, p. 83), dominado politicamente pelo partido socialista-revolucionário (SR). Mas a mobilização independente do campesinato, ocupando as terras da aristocracia desde a revolução burguesa de fevereiro, atropelou

<sup>10</sup> Na revolução proletária "... alentaba la alianza con el campesinado más pobre, mientras que llevaba a cabo una política de neutralización respecto al campesinado mediano ..." (Stanis, p. 80). É significativo que Stanis acrescenta que "la neutralización del campesinado mediano se realizaba satisfaciendo sus necesidades económicas", o que seria uma prática que prosseguiria daí por diante, com resultados políticos contraditórios, isto é, ganhava-se o apoio político imediato desta camada, mas comprometia-se, pelo menos em parte, o avanço das mudanças socialistas.

<sup>11</sup> "Os camponeses encontram seu aliado e chefe natural no proletariado urbano, que tem por missão demolir a ordem burguesa" (Marx, apud Gúrov y Goncharov, p. 7; Marx, s/d, v. 1. p. 280).

as direções partidárias dos SRs, que aquele seguia politicamente, mas que recusaram apoio à reivindicação de expropriação e distribuição das terras da aristocracia ao campesinato e, neste sentido, pendeu espontaneamente para o lado dos bolcheviques, que, por seu turno, apoiaram explicitamente esta reivindicação e foram ao encontro da revolução camponesa em curso ao decretar a expropriação, sem indenização, das terras da aristocracia, da família real e da igreja, já no primeiro dia após a vitória da revolução proletária<sup>12</sup>.

O estudioso marxista da revolução russa é geralmente levado a esquecer o fato de que a distribuição da terra em pequenos lotes individuais não se inspira na teoria do socialismo, antes se opõe a ela, pois o socialismo baseia-se na propriedade social e na produção coletiva em grande escala e cooperação técnica. A distribuição em lotes individuais decorre das circunstâncias concretas vigentes na Rússia no momento da revolução, e independeu, inclusive, das intenções dos bolcheviques, pois os próprios camponeses iniciaram a ocupação e distribuição das terras após a revolução burguesa de fevereiro e a intensificaram na revolução proletária. Aos bolcheviques não restou outra alternativa a não ser legitimar este processo<sup>13</sup>. O resultado imprevisto foi o reforço quantitativo e qualitativo do campesinato médio e do seu papel moderador das mudanças, como se indicará adiante. A relevância, neste aspecto, da distribuição da terra em lotes individuais expressou-se, por exemplo, no aumento muito significativo da proporção dos camponeses médios logo após a revolução de outubro, devido à obtenção de terras pelo campesinato mais pobre<sup>14</sup>, de modo que a influência que o campesinato médio viria a exercer posteriormente foi, em boa medida, causada pela forma assumida pela distribuição de terras na revolução. Como resultado, a proporção do campesinato pobre reduziu-se e a dos médios elevou-se de 30 para nada menos que 60% do campesinato total (Gúrov y Goncharov, p. 121). Ou seja, este processo, embora sem dúvida decisivo para a vitória da revolução, implicou em restaurar uma proporção significativa de camponeses já convertidos em semi-assalariados à condição de camponeses médios, e deste modo reaproximá-los ideologicamente da pequena burguesia.

As obras soviéticas geralmente não se referem ao problema constituído pela distribuição da terra em pequenas parcelas e o conseqüente reforço do campesinato médio, a pequena burguesia rural, mas o tema não passou despercebido. Rosa Luxemburgo talvez tenha sido enfática em excesso, mas não estava totalmente errada ao afirmar que "a reforma agrária de Lênin criou para o socialismo uma

<sup>12</sup> Segundo Lênin, a lei agrária de outubro de 1917, "... teria permanecido indubitavelmente no papel se os operários das cidades não tivessem despertado para a vida o proletariado agrícola, os pobres do campo, o campesinato trabalhador ..." (Lênin, 1978, p. 211).

<sup>13</sup> "... ce n'était pas chez les bolchéviks un choix théorique délibéré, mais une nécessité vitale au sens le plus fort du mot...", "... le résultat d'un processus historique" (Elleinstein, 1975, p. 182, 192).

<sup>14</sup> Em março de 1919 Lênin: "As nossas medidas agrárias – abolição completa da propriedade rural e assistência aos camponeses médios – produziram resultados e, no decurso do ano transacto, conduziram a um acréscimo do número do camponeses médios" (Lênine, 1975, p. 102).

nova e poderosa camada popular de inimigos, cuja resistência será mais tenaz e perigosa que a dos latifundiários nobres" (Luxemburgo, apud Ohlweiler, p. 104). Poucos meses antes, em junho de 1917, o próprio Lênin afirmava, em discurso que "nous ne préconisons, en aucune façon, l'appropriation individuelle des terres, nous n'en préconisons en aucune façon le partage" (Lênin, apud Elleinstein, 1975, p. 151). Elleinstein acrescenta, na linha de Luxemburgo, que, "dans la mesure où la Révolution ... donnait la terre à des dizaines de millions de paysans, elle aurait ensuite de grandes difficultés a passer à la collectivisation des terres" (Ibidem, p. 151), e conclui: "Ily avait une contradiction objective dans la politique des bolchéviks". No entanto, tanto Ohlweiler quanto Elleinstein coincidem em reconhecer que os bolcheviques tinham que dobrar-se às imposições das circunstâncias concretas ou arriscavam-se a perder o poder. O presente artigo segue esta linha, ao focalizar os rumos do desenvolvimento da urss não como resultado de decisões unilaterais de indivíduos ou grupos, mas como uma resultante dinâmica da ação de um grande conjunto de forças e fatores presentes em cada uma das situações concretas em desenvolvimento e em constante mutação, em particular da evolução da correlação de forças nas lutas de classes em curso.

### **3.2. A aliança com o campesinato médio**

Este formato da AOC persistiu até março de 1919, quando, em uma inflexão política decisiva, foi estendida ao campesinato médio, como consequência direta do início da guerra civil e da intervenção estrangeira, desencadeadas em meados de 1918, dando origem ao terceiro formato da AOC, ou seja, a aliança entre o proletariado, 'firmemente apoiado no campesinato pobre', e a pequena burguesia rural, que eram os camponeses médios. Logo no início deste importante evento, o campesinato médio, seguindo a sua tradição de dependência política à aristocracia, pendeu para o exército branco e os invasores<sup>15</sup>. Como resposta, o governo revolucionário desencadeou uma grande ofensiva política, através da organização de comitês de camponeses pobres, com o que a aliança com os mesmos viu-se consideravelmente reforçada. Por uma ironia da história, o exército branco e os invasores, com a inabilidade própria da truculência atávica, contribuíram involuntariamente para a causa do governo revolucionário, ao restabelecer o status quo anterior nas regiões que ocupavam, restituindo as terras expropriadas aos antigos proprietários e restabelecendo as obrigações feudais devidas a estes pelo campesinato. Como consequência política direta desta disputa por vantagens econômicas, o campesinato médio voltou-se para o apoio ao governo revolucionário, e o VIII Congresso do partido bolchevique, em março de 1919, selou a extensão da aliança ao mesmo.

---

<sup>15</sup> "The outcome of the Civil War largely depended on which way the middle peasant would swing, which class would win his allegiance—the proletariat or the bourgeoisie. The Czechoslovaks, the Whiteguards, the kulaks, the Socialist-Revolutionaries and the Mensheviks were able to overthrow the Soviet power in the Volga region in the summer of 1918 because they were supported by a large section of the middle peasantry. The same was true during the revolts raised by the kulaks in Central Russia" (CPSU (B.), p. 233).

A aliança com o campesinato médio foi, segundo Lênin, uma aliança militar formal, 'assinada e selada' entre o proletariado e o campesinato, para defender o poder soviético, ao que ambos foram obrigados pela invasão e a guerra civil, mas teve como contrapartida uma aliança econômica: 'os camponeses receberam do Estado dos operários todas as terras e proteção contra os proprietários rurais e os kulaks; ao passo que os operários têm recebido dos camponeses empréstimos de provisões alimentares' (Lênin, 1975, p. 118, 120)<sup>16</sup>. As requisições não podem, portanto, ser interpretadas como uma agressão arbitrária do Estado socialista, que é a forma mais comum de apresentação do episódio por autores críticos, mas como uma troca, em que o campesinato médio submeteu-se às requisições em troca da garantia dos seus direitos, ameaçados pela oposição armada.

A invasão e a guerra civil contêm outra ironia da história, pois, ao invés de derrotar a revolução, que era seu objetivo, contribuiu decisivamente para consolidá-la. Com efeito, segundo Lênin, a mudança de posição do campesinato médio teve uma consequência estratégica decisiva: gerar no meio rural, ainda estacionado no contexto da revolução burguesa de fevereiro, a correlação de forças que, no meio urbano, assegurou a vitória da revolução socialista de outubro. Isso significa que no meio rural persistia, até este momento, a correlação de forças de classes de fevereiro, na qual toda a burguesia, incluindo a camponesa, com o apoio do proletariado, lutava contra a aristocracia feudal, a igreja e o czarismo. Foi em consequência da truculência das tropas brancas e invasoras contra o campesinato médio que se instalou no vasto meio rural a correlação de forças da revolução proletária de novembro, na qual opõem-se o proletariado e os camponeses pobres, agora em aliança com o campesinato médio, à burguesia como um todo (Lênin, 1978, p. 208-12). A partir deste momento, o papel do campesinato médio influenciaria de modo determinante toda a evolução da agricultura soviética, para o bem ou para o mal e, por intermédio disto, como se pretende demonstrar, de toda a trajetória do socialismo deste país.

agricultura soviética, para o bem ou para o mal e, por intermédio disto, como se pretende demonstrar, de toda a trajetória do socialismo deste país.

A NEP foi um intervalo na evolução socialista da urss, cujas características ilustram o fato de a evolução da economia soviética ter constituído um processo contínuo de adaptação do objetivo socialista às limitações da estrutura econômica e da estrutura de classes vigente, impondo-lhe um custo expressivo. Lênin tem o mérito de, nos seus escritos, ter reconhecido claramente os passos que constituíam concessões às circunstâncias desfavoráveis de cada conjuntura ou evento. Graças a este reconhecimento, mantinha em perspectiva a necessidade de corrigir, quando possível, o desvio.

---

<sup>16</sup> Nos escritos desta época Lênin refere-se aos cereais obtidos dos camponeses como empréstimos, porque estes não obtiveram uma contrapartida econômica imediata, devido às circunstâncias da guerra civil.

Depois da morte de Lênin, esta prática foi abandonada aos poucos, como se mostrará, inclusive por Stálin, com as concessões sendo, em grande parte, retratadas como avanços, com isto contribuindo para ocultar o retrocesso real e, pior do que isso, ocultar ao próprio proletariado a necessidade de superação, posteriormente, das concessões indesejáveis, embora necessárias (Gonzales,2017).

A interpretação da NEP como uma espécie de rendição ao capitalismo, ou como reconhecimento tácito da superioridade da economia de mercado, e supostamente único sistema capaz de recuperar a economia devastada, é equivocada e omite a essência do fenômeno, exposta claramente por Lênin ao expor as motivações da instituição do imposto em espécie, por ele tido como essência da NEP (Lênin, 1975,p. 122-7). Segundo este, era a seguinte a situação no fim da guerra civil e da invasão estrangeira:

O fim da guerra civil implicava a retomada da normalidade da produção e circulação dos produtos e, principalmente, o fim das requisições. Lênin opera com os dois polos da aliança, por um lado o proletariado industrial, por outro o campesinato como um todo, e com o intercâmbio material entre ambos, que era urgente restabelecer, tanto para restaurar o processo normal de reprodução de ambos, quanto como condição da estabilidade do poder do governo revolucionário. O problema consistia em restabelecer o fornecimento recíproco dos produtos necessários a ambos, de tal modo que o Estado obtivesse o trigo indispensável ao abastecimento do proletariado industrial, base política fundamental do governo, e do exército, sustentáculo militar do mesmo; e restabelecimento do abastecimento aos camponeses de produtos industrializados, tanto de consumo como de produção. Se a indústria soviética estivesse intacta – e com a maioria das grandes e médias empresas tendo sido estatizada –, a própria indústria estatal teria sido capaz, em princípio, de atender boa parte da demanda camponesa, e o complemento eventualmente necessário poderia ser obtido no mercado internacional. No entanto, no longo período coberto pela IGM e pela guerra civil boa parte da estrutura produtiva do país fora desorganizada ou destruída, ao passo que as importações tornaram-se inviáveis, tanto porque a indústria dos países industrializados também se encontrava em recuperação, como porque participavam do bloqueio imposto à urss. Sendo assim, decidiu-se o que parece óbvio e único possível: liberar toda a estrutura produtiva existente no país para retomar as atividades do modo conhecido, e retomar o processo de mudança após a sua recuperação (Lênin, 1978, p. 329-42).

O problema político crucial, no entanto, consistia em compatibilizar o fim das requisições de trigo com o abastecimento de alimentos às bases política e militar do regime – o proletariado urbano e o exército, respectivamente. Foi este o objetivo do imposto em espécie, que consistiu em tributar o campesinato em produto, a uma taxa que permitisse atender as necessidades das bases citadas, sendo o restante liberado para o comércio local, uma vez que a distribuição à escala nacional era

realizada por empresas estatais, ao mesmo tempo que se estimulou a formação de cooperativas de consumo.

Rigorosamente, a extensão da AOC ao campesinato médio constitui o formato final e duradouro da aliança<sup>17</sup>. O que se segue é a gradual extensão das concessões a este segmento pequeno-burguês, o que tem como consequência a acentuação deste seu caráter de classe, uma vez que constituem aceitação de características próprias do mesmo. Estas concessões são justificadas, de modo geral, por emergências da luta de classes, que, dada a sucessão de tragédias que se abateu sobre o país, não podem ser negadas. Os dois momentos mais importantes, em que as concessões ocorreram, foram a coletivização da agricultura e a IIGM. Em ambos os casos as concessões coincidem com emergências reais e de grande significação, mas até este ponto da pesquisa não foi possível ter segurança de que as concessões foram acompanhadas por esforços reais no sentido de mobilizar politicamente o proletariado e o campesinato pobre, principalmente este, para a luta de massas destinada a assegurar o vínculo das concessões ao avanço de transformações socialistas, ou a razão disto não ter sido eventualmente possível. O hábito, já citado, de ocultar o caráter de concessões de princípio, destas concessões, e apresentá-las como medidas socializantes – o que é difícil de justificar e contrasta com a franqueza com a qual Lênin reconhecia este caráter –, dificulta a distinção entre intenções verdadeiras e falsas.

#### **4. A coletivização e o ressurgimento da propriedade privada**

Não é objetivo deste artigo expor e analisar o processo de coletivização, mas apenas as formas e implicações da AOC, que o afetaram, sendo necessário, porém, mencionar elementos dos contextos sucessivos.

A NEP tornou possível uma recuperação relativamente rápida da economia, que atingiu, no conjunto, os níveis de 1913 nos anos de 1926-27, colocando na ordem do dia a discussão da retomada das mudanças propriamente socialistas. Apesar das dificuldades do período da guerra civil e da NEP, alguns elementos de um sistema de planejamento econômico centralizado e abrangente – elemento essencial do socialismo – foram implantados, do que resultou a colocação em marcha do primeiro grande projeto, o GOELRO<sup>18</sup>, um plano de eletrificação a nível nacional, assim como a implantação progressiva de elementos fundamentais da planificação de alguns ramos da economia.

---

<sup>17</sup> A importância estratégica de longo prazo atribuída à aliança com o campesinato médio pelos bolcheviques, pode ser avaliada pelo testemunho de Benediktov, ministro da agricultura da URSS de 1938-59, em tradução portuguesa: "Stáline considerava que esta era uma situação objectiva e inevitável por um longo período e *opunha-se implacavelmente às tentativas de forçar o prosseguimento da "colectivização" e socialização*, posição que testemunhei várias vezes" (Benediktov, op.cit., *itálicos acrescentados*). O fato da repetida oposição de Stálin a tais tentativas demonstra a existência de consciência e de pressão no sentido da necessidade do avanço da socialização da agricultura.

<sup>18</sup> Este projeto, embora tendo como objetivo a eletrificação, continha pressupostos e implicações que o converteram no primeiro ensaio de um plano de desenvolvimento econômico nacional.

Na sequência lançou-se, em abril de 1929 (Bettanin, p. 27), o Primeiro Plano Quinquenal (IPQ), cujos elementos centrais eram dois: a industrialização acelerada com base na indústria pesada (tendo como importante componente a indústria militar, que se revelou condição essencial da vitória da urss sobre o nazismo, na IIGM); e a coletivização da agricultura (que se revelou essencial para que o governo, apoiado essencialmente no campesinato pobre e em aliança com o médio, assumisse o controle da produção de cereais e escapasse do boicote da burguesia rural, os kuláks) (Carr, 1981, p.116-119). Os dois elementos eram considerados os pilares fundamentais do socialismo, a partir dos quais seria possível iniciar efetivamente a transição para o comunismo [citar ...].

Os fundamentos de ambos os elementos podem ser considerados coerentes com os princípios fundamentais do materialismo histórico, aspecto importante para avaliar as acusações de irracionalidade ou arbitrariedade a estas duas iniciativas de grandes dimensões e impacto. São estes os fundamentos: primeiro, do ponto de vista teórico, que concebe o desenvolvimento das forças produtivas como motor do desenvolvimento social, o comunismo, como modo de produção seguinte ao capitalismo, só pode viabilizar-se tendo por base as forças produtivas mais avançadas, e em desenvolvimento contínuo, do modo de produção vigente, o capitalismo, cuja base são a máquina e a produção mecanizada em grande escala que sobre ela repousa; segundo, a autonomia técnica e a reprodução ampliada deste modo de produção requerem a existência da indústria mecanizada produtora das máquinas, que é a indústria pesada (OCI/2, p. 16); terceiro, as relações de produção socialistas na agricultura só podem desenvolver-se sobre a mesma base técnica, isto é, sobre a mecanização em grande escala, para poder socializá-la. Este processo deveria passar pela coletivização como passo intermediário, segundo a proposta de Lênin [citar ...]<sup>19</sup>.

A coletivização é avaliada, por muitos autores, principalmente os críticos não-marxistas, com base nas suas características técnicas e/ou econômicas (produtividade da terra, rentabilidade, etc), comparadas com países capitalistas, como se os seus objetivos e o seu sentido se restringissem a este campo. Esta opinião ignora a essência do que estava ocorrendo na urss, que é a transferência da propriedade dos meios de produção da classe deposta do poder para a nova classe<sup>20</sup>, ou seja, da burguesia agrária, representada pela classe dos kuláks<sup>21</sup>, à nova classe proprietária, o proletariado

---

<sup>19</sup> O desafio da socialização da agricultura soviética é uma ilustração viva da relação entre o nível de desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção compatíveis com este nível. A pequena escala e precária mecanização não admitem a socialização, que se baseia em grande escala e mecanização avançada. Sem promover esta, a agricultura permaneceria refém do atraso tecnológico e do individualismo pequeno-burguês do campesinato médio.

<sup>20</sup> O mesmo deu-se na transição do feudalismo ao capitalismo, por exemplo, na qual os meios de produção fundamentais, vinculados à terra, base objetiva ou material do poder político da aristocracia e da igreja, foram expropriados e transferidos à burguesia.

<sup>21</sup> Um elemento essencial da coletivização foi a 'deskulakização', isto é, a expropriação dos meios de produção possuídos por esta classe e sua transferência aos colcôses em formação, a fim de que a nova classe proprietária, por intermédio do Estado, assumisse o controle da produção alimentar básica da população, os cereais, cuja produção era hegemônica pelos kuláks e utilizada como arma de desestabilização do governo revolucionário.

rural (campesinato pobre) e seu aliado, o campesinato médio. Embora a produtividade técnica e econômica da produção socializada deva ser superior à capitalista, a coletivização não era primariamente uma disputa técnica, mas uma fase do processo de mudança social qualitativa. O seu resultado não se mede pela produtividade técnica ou econômica, mas pela efetivação da transferência, que consolida o poder da nova classe proprietária.

A coletivização foi concebida como uma fase intermediária entre a produção em pequena escala do campesinato, portanto com mecanização rudimentar e baixa produtividade do trabalho, e a produção socialista em grande escala, mecanização avançada e elevada produtividade do trabalho. Ela consiste em: 1) em agrupar todos os lotes camponeses de determinado local em uma cooperativa de produção, isto é, em uma unidade de produção coletiva em grande escala, o *colcós*<sup>22</sup>; 2) os próprios associados trabalham na produção, ao contrário do que ocorre na maioria das cooperativas capitalistas, que são principalmente de serviços, como comercialização de produtos e meios de produção, assistência técnica, armazenamento, etc, e utilizando trabalho assalariado, pois os associados não trabalham nestas cooperativas. Com o agrupamento de diversas unidades de produção em pequena escala, a escala da produção eleva-se e torna possível a mecanização e a divisão técnica do trabalho, resultando em elevação significativa da produtividade do trabalho<sup>23</sup>.

Dado o exposto, não se pode negar que as medidas colocadas em prática pelo governo constituído pela revolução russa coincidem, no fundamental, com os elementos considerados fundamentais do socialismo como primeira fase, ou fase inferior, do comunismo: nacionalização da terra e estatização dos meios de produção e circulação, de grande escala (indústria, comércio e bancos); início da planificação econômica centralizada (GOELRO; Conselho Superior da Economia; e Gosplan); e desenvolvimento acelerado das forças produtivas fundamentais (industrialização pesada e coletivização da agricultura). Este artigo não tem como objetivo exprimir julgamento sobre a conveniência e a forma da condução das políticas adotadas, mas apontar a influência da AOC no formato de tais políticas e nas suas consequências sobre o processo de retrotransição, em particular as consequências da extensão da aliança ao campesinato médio, por este constituir um segmento de classe não pertencente à classe trabalhadora assalariada, pendendo entre esta e a classe capitalista. Embora composto por produtores pequenos e modestos, os camponeses médios são dotados da mesma ideologia baseada no individualismo, na independência econômica, etc, apresentando portanto demandas próprias não de assalariados, mas de pequenos produtores. Não se pode esquecer, porém, que, como já indicado, esta extensão da aliança pode ser considerada um dos

<sup>22</sup> O termo *colcós* combina a primeira sílaba dos dois termos que o designam originalmente, em russo коллективное хозяйство (*kollektívnae hoziástva*), fazenda coletiva, daí кол-хоз (*col-hos*).

<sup>23</sup> Segundo Mandel, "Vingt-cinq millions de petites entreprises agricoles furent fusionnées en 240,000 coopératives de production, appelées *kolkhozes*, et 4.000 fermes d'État, appelées *sovkhoses*" (Mandel, 1962, p. 216).

elementos essenciais que permitiram ao governo revolucionário resistir à guerra civil e à invasão externa, ocorridos a partir de meados de 1918, e vencer a burguesia rural e a invasão nazista na IIGM. Observando o processo histórico da revolução russa, como também já mencionado, a extensão da AOC ao campesinato médio constituiu fator decisivo da sustentação do governo e do regime em diversos episódios, mas, em contrapartida, cobrou um elevado preço ao pretendido caráter socialista do processo em curso, segundo a hipótese do presente artigo.

O que se constatou é que os efeitos mais significativos da extensão da aliança ao campesinato médio ocorreram a partir do processo de coletivização, efeitos estes representados por concessões ao caráter pequeno-burguês – isto é, da produção em pequena escala, individual e independente – deste segmento de classe. É com o processo de coletivização que se instaura novamente a propriedade privada de meios de produção factualmente, não sendo, no entanto, geralmente reconhecida como tal. Este momento da AOC tem um significado decisivo para o destino do socialismo soviético, sendo necessário, portanto, detalhá-lo.

A coletivização da agricultura é uma parte da lógica do IPQ (I Plano Quinquenal). A industrialização ampla e acelerada requer um processo de liberação de força de trabalho agrícola também expressivo e acelerado, como ocorreu em todos os processos de industrialização, o que pressupõe a elevação da produtividade do trabalho agrícola, obtida nuclearmente pela mecanização. Mas uma circunstância específica compareceu, justificando o lançamento maciço e o ritmo acelerado da coletivização, que foi o boicote da entrega de cereais ao comércio oficial e o fomento do mercado negro e da inflação, por parte da burguesia agrária, os kulaks, ameaçando a estabilidade dos pilares fundamentais do regime, o proletariado e o Exército Vermelho (Einstein, ..).

O objetivo inicial da revolução era reorganizar a agricultura com base na formação de comunas rurais, isto é, de unidades coletivas de produção, nas quais todos os meios de produção seriam propriedade coletiva. Apesar dos esforços, apenas uma pequena quantidade de tais comunas foi implantada, revelando que o projeto chocou-se com a resistência do individualismo do campesinato médio diante da exigência de coletivizar todos os meios de produção. Mas, ao lado desta barreira ideológica, e talvez mais relevante, contribuiu também para dificultar a iniciativa o primarismo das forças produtivas, especialmente o caráter individual e rudimentar dos meios mecânicos, cujo desenvolvimento seria essencial para a produção em grande escala e com divisão do trabalho, ou seja, com cooperação técnica, sem os quais a coletividade econômica é impossível.

A retomada da coletivização deu-se a partir de uma decisão do XV Congresso do partido, em dezembro de 1927 (Bettanin, 1981, p. 17), e passou a desenvolver-se com dificuldades de todos os tipos, dadas as precárias condições em que se encontrava a imensa maioria dos camponeses, tanto pequenos como médios. Os primeiros planos para a construção de grandes fábricas de tratores

foram aprovados no final de 1929, e de fábricas de fertilizantes químicos em meados de 1930, fornecendo-se assim condições objetivas essenciais para a implantação da produção em grande escala e tecnicamente avançada na agricultura, por intermédio da coletivização. Finalmente, o Estatuto Padrão do Artel, definindo as características genéricas exigidas dos colcoses, foi publicado em 1930. Vamos ater-nos à evolução das características essenciais da coletivização, que dizem respeito às consequências da AOC sobre o desenvolvimento do socialismo e posteriormente da retrotransição.

A unidade de organização e produção da agricultura passaria a ser o colcós<sup>24</sup>, com exploração coletiva da terra e dos meios de produção. Como a terra havia sido nacionalizada e distribuída em comodato, segue-se que a terra do colcós não pertencia a este, mas ao Estado, um dos argumentos utilizados para justificar o pretendido caráter socialista do colcós (Stálin, 1985, p. 90), embora continuasse registrada em nome dos camponeses integrantes do mesmo. Os meios de produção iniciais do colcós eram os meios de produção pertencentes aos integrantes do colcós (geralmente rudimentares), acrescidos dos meios de produção expropriados dos kuláks. Os integrantes do colcós eram camponeses médios e pobres (estes geralmente semi-assalariados e assalariados rurais puros). O ingresso de ex-kuláks só era aceito excepcionalmente.

Esta composição do colcós, combinando elementos pequeno-burgueses (camponeses médios) e do proletariado, na sua camada menos desenvolvida (que era o proletariado rural, grande parte apenas semi-proletarizada), resolvia um problema importante, que era a maior qualificação técnica na produção agrícola, possuída pelos camponeses médios, essencial à mais rápida recuperação da produção (Bettanin, p. 88), mas ao mesmo tempo criava um problema, que era a influência ideológica mais desenvolvida dos camponeses médios, "que conservavam uma posição privilegiada no interior dele [do colcós – cmg]" (Idem, p. 84) sobre o segmento proletarizado. Este problema foi reconhecido pelo próprio Stálin: "indubitavelmente existem elementos de luta de classes no interior dos colcós ..." (Stálin, Obras Esc., apud Bettanin, p. 84) (consultar Bettanin, p. 83ss, para a discussão deste aspecto).

Um elemento essencial da estrutura da agricultura coletivizada foi a definição da forma que assumiria o acesso à mecanização, e esta expõe outra ironia da história. Inicialmente o governo se definiu pela venda ou financiamento dos tratores aos colcoses ou até mesmo a camponeses individuais, o que contrariaria o objetivo geral de socialização dos meios de produção. Mas tanto os colcoses quanto camponeses isolados resistiram a isto, pois não se encontravam em condições de assumir gastos desta monta. Em seguida tentou-se a organização de cooperativas de mecanização,

---

<sup>24</sup> No início os colcoses reuniam pequeno número de camponeses, que, no entanto, cresceu com certa rapidez na medida que o movimento se expandiu (Bettanin, p. 35, 111; Poliakov et al, p. 230).

que revelaram a mesma dificuldade. Só então decidiu-se o governo a criar as chamadas EMT – Estações de Máquinas e Tratores, estatais, cada uma para atender diversos colcoses, e um órgão nacional para coordená-los, o Traktorsentr (Ibidem, p. 36; Stálin, 1985, p. 87-8). Neste caso a ironia é que o governo, empenhado na socialização, propôs soluções privadas para um problema de extrema importância, mas foi forçado pelo campesinato, cioso da propriedade privada, a adotar a solução mais compatível com o seu objetivo maior, que foi a estatização<sup>25</sup>. Assim, apesar da forma coletiva ao invés de socialista dos colcoses, um componente fundamental dos meios de produção da agricultura desenvolveu-se, desde o início, sob propriedade estatal, sem ter sido este, ironicamente, o desejo do Estado.

As EMTs são unidades dotadas de maquinário pesado, e constituíram um elemento importantíssimo e com grande potencialidade de contribuir no processo de socialização gradual da agricultura. Além da sua função inicial, de fornecer serviços de mecanização e insumos de produção em geral aos colcoses, as EMTs desempenharam outras funções fundamentais: 1) constituíram um elo de ligação do planejamento global da economia com o sistema de colcoses, como fonte regular de dados e estatísticas conjunturais sobre a agricultura, e como veículo de difusão de informações e orientações técnicas, cursos, etc; 2) funcionaram também como veículos de formação política e ideológica, principalmente ao segmento proletário do colcós, talvez constituindo uma barreira de contenção ao domínio ideológico do campesinato médio; 3) facilitaram a coleta da parte da produção devida ao Estado, na forma de pagamentos em espécie dos serviços prestados pelas EMTs aos colcoses (Nove, 1973, p. 190); 4) finalmente, funcionaram como veículo do desenvolvimento planejado e abrangente das forças produtivas da agricultura.

Como já mencionado, o campesinato, principalmente o médio, resistiu à coletivização plena dos meios de produção na constituição dos colcoses, especialmente contra a proibição da manutenção de um lote privado para produção também privada dos camponeses<sup>26</sup>. Originalmente a reação do governo, seguindo a regra de voluntariedade da adesão dos camponeses, na qual Lênin insistiu, deveria ser de procurar esclarecê-los e convencê-los gradualmente das motivações e vantagens do sistema. No entanto, a emergência representada pela necessidade de escapar da sabotagem da

<sup>25</sup> Um relato sucinto do surgimento e desenvolvimento das EMTs pode ser encontrado em Jasny (1949, p.269-95).

<sup>26</sup> Os autores que focalizam a coletivização referem-se à resistência contra ela por parte dos 'camponeses' como um todo, sem se referir a diferenças de atitude segundo a camada de camponeses de que se trate. Mandel, por exemplo, afirma que "... la collectivisation forcée se heurta à une résistance obstinée de la majeure partie de la paysannerie" (Mandel, 1962, p. 216). Como havia três camadas reconhecidas de camponeses – pobres, médios e kuláks –, e como os últimos foram alvos de expropriação da propriedade, é óbvio que foram os principais e violentos resistentes. Por outro lado, os proletários e semi-proletários não teriam muitos motivos para resistir, uma vez que não possuíam terra ou a possuíam a título precário, de modo que, ao ingressar em um colcós, passavam a fazer parte de uma coletividade de proprietários de meios de produção (Elleinstein, 1973, p. 153, 160). Disto se segue que a resistência interna ao processo (considerando os kuláks como externos) só poderia provir, predominantemente, do campesinato médio, que é precisamente a camada problemática incorporada à AOC no seu terceiro formato.

produção pelos kuláks e, por outro lado, a emergência de edificar uma base industrial capaz de sustentar uma indústria bélica que permitisse resistir a uma nova invasão, cuja iminência era admitida generalizadamente, levaram o governo a recuar e autorizar a manutenção de um lote individual privado junto à moradia de cada colcosiano. Instituíam-se, assim, um segmento de propriedade privada no interior da propriedade socialista em construção na URSS, que seria estendida, posteriormente, para as fazendas estatais<sup>27</sup>.

Se os motivos da concessão fossem apenas estes, e se a demanda do lote privado fosse apenas expressão de um atavismo ideológico a satisfazer psicologicamente, o lote privado talvez se extinguisse gradualmente. Mas esta concessão foi seguida de diversas outras em sequência, cujo sentido, embora não declarado, mas que é facilmente dedutível das circunstâncias e perceptível nos fatos que se seguiram, foi de viabilizar e reforçar o papel de unidade produtora e a significação econômica da produção privada a ser obtida no lote privado, e produção não apenas para o auto-consumo, mas para a venda, que foi autorizado em grau crescente, o que significa que se fomentava não somente um segmento de propriedade privada, mas também a ampliação do próprio mercado. Observe-se as medidas: os colcosianos foram sucessivamente autorizados a criar animais com fins econômicos no lote privado, como suínos, aves, bovinos e outros, mas com limites muito rígidos; em seguida, porém, foram autorizados a utilizar as pastagens comuns do colcós como pastagem para os seus animais de criação<sup>28</sup>, o que praticamente inutilizou a limitação anterior, de modo que o lote privado não limitava a dimensão do rebanho privado; a obter do colcós insumos de produção, inclusive rações, reforçando o potencial da produção privada; a manter também em propriedade privada equipamentos de produção de pequeno porte para a exploração do lote privado, etc. (Mandel, 1962, p. 217). Assim estimulado, o lote privado converteu-se em uma das alternativas para a expansão da produção agrícola, especialmente de alimentos, pois neles se produzia hortaliças, frutas, suínos, leite, aves e ovos, etc., em proporções significativas a nível nacional (Benediktov)<sup>29</sup>. O lote privado, acompanhado das concessões obtidas, corresponde à tradição dos camponeses, e não poderia menos do que atrair todo o seu interesse e dedicação, não sendo portanto

---

<sup>27</sup> É significativa uma referência contrária explícita de Lênin à hipótese de conceder lotes privados e direito à exploração econômica aos trabalhadores dos sovkoses, que são empresas estatais, o que nada altera na essência da questão: "If private vegetable plots, animals, poultry, and so forth, were permitted again, we should revert to the small farming that had existed hitherto. If that were the case, would it be worth while to have all this bother. Would it be worth while establishing state farms?" (Lênin, 1965, p. 47-8). Lênin cita uma cláusula do "Statute on Socialist Land Settlement", que "which prohibits the possession of vegetable plots, small livestock, poultry, and so forth by state farm employees", proibição esta que posteriormente foi abolida e a posse de lotes privados pelos trabalhadores das fazendas estatais e pelos habitantes de pequenas cidades foi autorizada (Johnson, p. 83).

<sup>28</sup> "O gado do colcoziano pasta em terra colcoziana, e a forragem é fornecida ao colcoziano pela terra do colcoz. O grau de interesse do colcoziano na economia individual depende de quanto ele receba no colcoz" (Aitov, p. 175).

<sup>29</sup> "Le secteur privé inclut en effet, en 1938, 50% des bovins, 55% des porcs e 40% des chèvres et moutons de l'URSS" (Mandel, p. 219)

de estranhar que, segundo um crítico da urss, "os camponeses passaram a reservar a maior parte de seu esforço a seus próprios lotes" (Lewin, p. 91).

Não se pretende sugerir que o governo estivesse deliberadamente sabotando o seu próprio objetivo de socialização, mas antes, que circunstâncias objetivas, incontornáveis de outras maneiras, transformaram o fomento da produção privada em necessidade vital. Com efeito, observando-se mais de perto a estrutura do colcós e da economia nacional, verifica-se que apresenta problemas complexos, alguns dos quais encontram a sua solução na produção privada, daí as medidas explícitas de fomento da mesma. Em primeiro lugar, com a difusão da mecanização, elemento nuclear da coletivização, como já mencionado, grande parte da força de trabalho disponível no colcós torna-se dispensável, ao mesmo tempo que já sobrava força de trabalho desempregada no país, de modo que a produção no lote privado converte-se em meio de absorver pelo menos parte da mesma<sup>30</sup>; em segundo lugar, a instalação dos colcoses não é imediatamente seguida de uma estrutura produtiva organizada e eficiente, resultando em rendimentos reduzidos e dificuldades de manutenção das famílias, problema também amenizado pela produção privada; em terceiro lugar, a produção para auto-consumo tinha ainda, na Rússia, uma expressão nada desprezível, o que significa que não havia, no momento da coletivização, um mercado desenvolvido ao ponto de atender a demanda surgida da eventual suspensão da produção de auto-consumo dos colcosianos, de modo que a produção para auto-consumo, nos lotes privados, atenuaria mais este problema<sup>31</sup>; em quarto lugar, a conhecida sazonalidade da produção agrícola implica que o rendimento do trabalho na produção coletiva do colcose sofre interrupções que independem da disposição de trabalhar do colcosiano, outro problema que a produção privada também ameniza.

Estas circunstâncias encontram confirmação indireta na autorização para a posse de lotes privados e para a produção privada mesmo nos sovcoses<sup>32</sup>, que eram empresas-fazendas estatais, e mesmo por funcionários estatais nas cidades do interior. Todas estas concessões encontram sua explicação e justificação nas emergências do momento histórico, mas têm como contrapartida um custo

---

<sup>30</sup> Almeida (2011, p. 75), com dados extraídos de Allen (2003), que se apóia, por sua vez, em índices do Gosplan, afirma que, na década de 1920, a oferta de força de trabalho no meio rural russo equivalia ao dobro da demanda da agricultura na fase de maior ocupação no ano, que era a colheita. Allen realiza uma extensa análise do problema, em comparações esclarecedoras com a agricultura dos EUA.

<sup>31</sup> Autores soviéticos consultados reconhecem que a existência da produção privada deve-se ao fato de ainda não ser possível 'satisfazer todas as necessidades dos membros do colcós à custa da economia coletiva' (Amvróssov, loc. cit.; Benediktov).

<sup>32</sup> O termo sovcós/es combina a primeira sílaba dos dois termos que o designam originalmente, em russo советское хозяйство (sovietskae hoziástva), fazenda estatal, daí сов-хоз (sov-cós).

econômico (sobre o processo de socialização da agricultura) e ideológico (sobre o processo de constituição de uma consciência coletiva socialista nos colcosianos e na sociedade soviética)<sup>33</sup>.

A constatação da relevância da propriedade e da produção privadas, aliada à expressividade da população rural pelo menos até os anos 1950 e à integração da camada pequeno-burguesa dos camponeses médios, sugerem a hipótese audaciosa de que, ao contrário do lote privado ser o 'auxiliar', era ele o centro em torno do qual girava a atividade dos colcosianos, sendo a produção coletiva a 'auxiliar' e suporte da acumulação privada. Não deve ser por acaso que, em 1958, logo após a posse do governo reformista de Kruchóv, as EMTs foram privatizadas e o seu patrimônio transferido aos colcosianos, em circunstâncias que precisam ser esclarecidas.

## 5. Conclusões

Na qualidade de primeira parte dos resultados na pesquisa sobre o tema, este artigo apresenta conclusões que não podem deixar de ter um caráter até certo ponto provisório, mas ainda assim significativas pelo que de inesperado e esclarecedor revelam. As conclusões podem ser sintetizadas do seguinte modo:

1. A AOC apresenta-se, na literatura sobre a urss, com uma certa aura de chave da revolução, que ela realmente possui, mas ela oculta uma complexidade e ambiguidade geralmente não percebidas. Observada além da aparência, ela se apresenta, ao mesmo tempo, como condição indiscutível da vitória da revolução, mas ao mesmo tempo importante condição do seu colapso final.
2. Uma vez rompida a presunção implícita de uniformidade do campesinato, presente na aliança operário-'camponesa', a sua deconposição em camadas traz à luz esclarecimentos decisivos sobre as diferentes fases da revolução e sobre as consequências do formato da aliança em cada fase.
3. Mesmo em termos abstratos, a concepção da AOC é uma concessão a aspectos não-proletários. Talvez Lênin tenha forçado os conceitos ao caracterizar como proletários os 'pobres do campo', que compreenderiam os camponeses pobres (tidos como semi-assalariados) e os proletários puros, para chegar à conclusão de que o proletariado rural representaria impressionantes 40% do proletariado total do país, o que ocultaria a contradição real da aliança entre o proletariado industrial e uma classe apenas precariamente proletária. Esta tornou-se nítida quando o decreto sobre a terra, contrariando a convicção teórica explícita de Lênin, admitiu a distribuição da mesma em pequenos lotes, ao invés de agrupar os 'proletários' rurais imediatamente em fazendas estatais, e quando os

---

<sup>33</sup> " A existência de uma economia individual gera certa contradição entre as economias coletiva e individual, o que leva a que o colcoziano seja, de um lado, coletivista e, de outro, possuidor de uma pequena propriedade dos meios de produção" (Aitov, p. 175).

camponeses pobres – tidos como proletários e semi-proletários – se converteram repentinamente em camponeses médios logo após receberem terras e subsídios do governo revolucionário.

4. A existência, e até o aparente fomento, da propriedade privada de meios de produção na urss, na forma de terreno e meios de produção privados incrustados na agricultura coletiva, é uma constatação surpreendente e pouquíssimo pesquisada, nas suas consequências e implicações na retrotransição, que é o objeto principal da presente pesquisa.

3. A base metodológica representada pelos princípios do materialismo histórico constitui um instrumental indispensável à tentativa feita, de interpretação efetivamente materialista e dialética do fenômeno analisado, embora com insuficiências principalmente na utilização da dialética. A principal contribuição deste enfoque, em uma pesquisa deste tipo, é a secundarização da ação dos personagens individuais e a concentração na dinâmica da base objetiva ou material dos processos sociais, especialmente importante no caso do estudo da urss, dilacerado por divergências individualizadas de diferentes naturezas.

5. Bem observado, o processo de desenvolvimento do processo revolucionário, especialmente nos seus anos iniciais, expõe nitidamente a imagem de uma antevisão teórica, portanto abstrata, sendo violentamente redefinida pelo confronto com os aspectos realistas, irrecorríveis, da realidade empírica. É o que se espera de qualquer hipótese teórica, abstrata, quando convertida em realidade concreta, e é mérito dos bolcheviques, especialmente de Lênin, ter sabido percebê-los e corrigí-los com coerência teórica.

## **Bibliografia**

- AITOV, N.A. (1968) As modificações na natureza social e nas características do campesinato. In: OSSIPOV, G.V. (Coord.). A sociologia da União Soviética. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, p. 172-199.
- ALLEN, R.C. (2003). Farm to factory : a reinterpretation of the Soviet industrial revolution. Princeton, NJ : Princeton Univ Press.
- ALMEIDA JR., A.C. (2011). Os Fatores Determinantes da Desaceleração Econômica da União Soviética. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Econômico, UFPR/PPGDE.
- AMVRÓSSOV, A. (1980). A estrutura social da sociedade soviética. Moscovo : Progresso.
- BENEDIKTOV, I.A. (1989). Stáline e Khruchov. Entrevistado por V. Litov. *Molodaya Gvardia*, 1989, N.º 4, pgs. 12-65. [www.hist-socialismo.net](http://www.hist-socialismo.net).
- BETTANIN, F. (1981). A coletivização da terra na URSS : Stálin e a ‘revolução do alto’ (1929-1933). Rio de Janeiro : Civilização Brasileira.
- BETTELHEIM, C. (1976). A Luta de Classes na União Soviética; Primeiro Período (1917-1923). Rio, Paz e Terra.
- CARR, E.H. (1981). A Revolução Russa de Lenin a Stalin (1917-1929). Rio de Janeiro : Zahar.

- CPSU (B.) (1939). History of the Communist Party of the Soviet Union (*Bolsheviks*). New York : International Publishers.
- DAVIES, R. W. (1986). As opções econômicas da URSS. In: HOBBSAWM, E.J. et al.. História do Marxismo. Vol. VII: O Marxismo na Época da Terceira Internacional. Rio de Janeiro : Paz e Terra. p. 83-104.
- ELLEINSTEIN, J. (1975). Histoire de l'URSS, tome I : La conquête du pouvoir (1917-1921). 2<sup>ème</sup> ed. Paris : Éditions Sociales.
- ELLEINSTEIN, J. (1973). Histoire de l'URSS, tome II : Le socialisme dans un seul pays (1922-1939). Paris : Éditions Sociales. 318 p.
- GERMER, C.M. (2009). Marx e o papel determinante das forças produtivas na evolução social. *Crítica Marxista*, IFCH, Unicamp, Campinas, n. 29, 2009, p. 75-95.
- GERMER, C.M. (2011). As tendências de longo prazo da economia capitalista e a transição para o socialismo. In: BRAGA, S. et al. Marxismo & Ciências Humanas. Curitiba : UFPR/SCH, p. 117-138.
- GONZALEZ, R.M. (2017). Apontamentos sobre o mercado na transição socialista. Artigo apresentado no 3º SENGES - Seminário Nacional de Geografia Econômica e Social, Foz do Iguaçu, (PR), 25-27/7/2017.
- GÚROV, P. y GONCHAROV, A. (1977). La política agrária leninista. Moscú : Progreso.
- JOHNSON, D.G. (1962). Estrutura e eficiência da economia agrícola soviética. Rio de Janeiro : *Revista Brasileira de Economia*, s/n, s/d, p. 76-101.
- LÊNIN, V.I. (1982). O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia: O Processo de Formação do Mercado Interno para a Grande Indústria. São Paulo : Abril Cultural.
- LÊNIN, V.I. (1903). Aos pobres do campo. São Paulo : Acadêmica, 1988.
- LÊNIN, V.I. (1965). Collected Works. 1<sup>a</sup> ed. v. 39. Moscow : Progress.  
<https://www.marxists.org/archive/lenin/works/cw/index.htm>
- LÉNINE, V.I. (1975). A transformação socialista da agricultura. Lisboa : Estampa.
- LENIN, V.I. (1977). Sobre las cooperativas. T. 12. Obras Escogidas en 12 Tomos, Moscú, Progreso, p. 377-84.
- LENIN, V.I. (1978). Cuestiones de la organización de la economía nacional – recopilación. Moscú : Progreso.
- LEWIN, M. (2007). O século soviético. Rio de Janeiro : Record.
- MANDEL, E. (1962). Traité d'Économie Marxiste. Tome II. Paris : René Julliard.
- MARX, K. (1977). Contribuição à crítica da economia política. São Paulo : Martins Fontes.
- MARX, K. e ENGELS, F. (s/d). Obras Escolhidas em 3 vol. v. 1. São Paulo : Editora Alfa-Omega.
- MARX, K. (1984). O Capital; crítica da economia política. v. I/2. São Paulo : Abril Cultural.
- NORTH, D. (2010). Zeugen der Permanenten Revolution - Dokumente zur Entwicklungsgeschichte. Resenha de *Witnesses to Permanent Revolution: The Documentary Record* Herausgegeben und übersetzt von Richard B. Day und Daniel Gaido. Leiden, 2009
- NOVE, A. (1973). Historia económica de la Unión Soviética. Madrid : Alianza.
- OHLWEILER, O.A. (1982). Acerca da natureza da formação social na URSS. *Teoria & Política*, São Paulo, ano 1, n. 4, p. 93-128.
- POLIAKOV, I.; LETCHUK, V. e PROTOPÓPOV, A. (1979). História da sociedade soviética. Moscovo : Progreso.
- SILVA, V. e GERMER, C.M. Agricultura privada na URSS: o papel dos lotes privados na retrotransição ao capitalismo. Inédito.
- STÁLIN, J. (1985). Problemas Econômicos do Socialismo na URSS. São Paulo : Editora Anita Garibaldi.
- STANIS, V. (1978). Transformaciones socialistas de la agricultura : teoría y práctica. Moscú : Progreso.